



Proposição: PLEI - PROJETO DE LEI

Número: 000014/2021

OBJETO DE DELIBERAÇÃO ÀS COMISSÕES TÉCNICAS
Em: 01/02/2021
Juraci Scheffer
PRESIDENTE

Dispõe sobre a suspensão da cobrança de tributos municipais e interrupção dos parcelamentos ativos desses tributos por 120 (cento e vinte dias), dos estabelecimentos comerciais e de ensino que ficaram restritos de funcionar durante a onda amarela e vermelha do Minas Consciente.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora aprova:

- Art. 1º Ficam suspensas por 120 (cento e vinte) dias a cobrança dos tributos municipais IPTU e ISS e interrompidos os parcelamentos ativos desses tributos, dos estabelecimentos comerciais e de ensino que ficaram restritos de funcionar durante o período da onda amarela e vermelha do "Minas Consciente".
- § 1º O benefício estabelecido no caput só será válido para os proprietários que tenham comprovado a proibição do funcionamento nos períodos citados no caput deste artigo diante apresentação dos seguintes documentos:
 - I RG e CPF do proprietário do imóvel;
 - II Alvará de funcionamento;
 - III CNPJ;
 - IV Boleto de IPTU;
 - V Boleto ISS;
- VI Contrato Social ou última alteração contratual ou declaração de firma individual ou Certificado do MEI ou Distrato social (empresa já encerrada).
- § 2º O requerimento e os documentos do interessado deverá ser acompanhado de cópia simples entregues na Secretária da Fazenda do município de acordo com as normas vigentes.
- Art. 2º Os débitos a que se refere o artigo 1º desta Lei deverão ser pagos no mês subsequente e poderão ser parcelados em até 18 (dezoito parcelas) iguais e sucessivas.
- Art. 3º Os parcelamentos ativos de IPTU e ISS, ficam interrompidos, sem incidência de novos acréscimos legais, considerando apenas os já devidos, também por 120(cento vinte) dias.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: 90423





Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presenté lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da sua publicação.

Palácio Barbosa Lima, 25 de janeiro de 2021.

Assinado via intranet

Carlos Alberto Bejani Júnior Vereador Bejani Júnior - Podemos